

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE PESSOAL – DPP

TORNANDO SEM EFEITO NOS TERMOS DO ART. 24 DA LEI 8989/79 OS TÍTULOS DE NOMEAÇÃO ABAIXO RELACIONADOS: PROCESSO 2015-0.332.305-2

NOME	CLASS.
ANALISTA DE SAÚDE MÉDICO - NÍVEL I/GEN.ATENÇÃO BÁSICA	
CLARISSA WILLETS BEZERRA	02
THAIS DE SOUSA PEREIRA	14
IVAN WILSON HOSSNI DIAS	39

ANALISTA DE SAÚDE MÉDICO - NÍVEL I/NEONATO-LOGIA

ELOY RODRIGUEZ DOMINGUEZ FILHO	05
ANALISTA DE SAÚDE MÉDICO - NÍVEL I/PEDIATRIA	
MONICA MATOS CORREIA RODRIGUES	18
DEBORA ALENCAR DE MENEZES ATHAYDE	41
MARIA ISABEL DE FREITAS MENDONÇA	47

ANALISTA DE SAÚDE MÉDICO - NÍVEL I/PSIQUIATRIA

ELOY EPAMINONDAS OTTONI	02
ISABEL DE ANDRADE AMATO	06
MELINA MENDONÇA	14
RAFAEL BRANDES LOURENCO	20
LETICIA PACHECO LESSA	23

TORNANDO SEM EFEITO NOS TERMOS DO ART. 24 DA LEI 8989/79 OS TÍTULOS DE NOMEAÇÃO ABAIXO RELACIONADOS, EXPEDIDOS NOS TERMOS DA LEI 15.939/13: PROCESSO 2015-0.332.305-2

NOME	CLASS.
ANALISTA DE SAÚDE MÉDICO - NÍVEL I/GEN.ATENÇÃO BÁSICA	
DENIZE ORNELAS PEREIRA SALVADOR DE OLIVEIRA	1
ANA LAURA BATISTA DA SILVA	4

ANALISTA DE SAÚDE MÉDICO - NÍVEL I/PSIQUIATRIA

RAPHAEL QUADROS DE ABREU	2
EXONERANDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 62, § 1º, ITEM III, DA LEI 8989/79, OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS: PROCESSO 2015-0.332.305-2	

NOME	CLASS.
ANALISTA DE SAÚDE - MÉDICO NÍVEL I/ GEN.ATENÇÃO BÁSICA	
FLAVIO SARNO	04
MARYANNE MIRANDA MATIAS	32

ANALISTA DE SAÚDE MÉDICO - NÍVEL I/PSIQUIATRIA

ALBERTO ZABA NETO	07
-------------------	----

OBS.: OS NOMES ACIMA ESTAO ATUALIZADOS DE ACORDO COM OS DADOS CONSTANTES DO SISTEMA DE CADASTRO DE SERVIDORES DA PMSP.

EDITAIS

GABINETE DO PREFEITO

CASA CIVIL

CONSELHO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - COMAP

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – COMAP REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2018.

Aos 25 dias do mês de junho do ano de 2018, às 16h, sob a presidência do Senhor Acácio Miranda da Silva Filho, Casa Civil, realizou-se a 28ª reunião Plenária Extraordinária do Conselho Municipal de Administração Pública – COMAP de 2018, na sala de reuniões do sexto andar, estando presentes os seguintes membros: Fábio Teizo, de SMG, Tarcila Peres dos Santos, de SGM, Júlio Serson, de SMRI, João Manoel Scudeler de Barros, de SMJ e Arlinton Nakazawa, de SF.

O Conselho foi instituído pelo Decreto nº. 50.514, de 20 de março de 2009, e posteriores alterações e os membros nomeados por meio da Portaria 230- PREF, de 21 de abril de 2018.

Dado início a 28ª reunião extraordinária de 2018, segue abaixo resumo das deliberações:

1. Foram analisados e aprovados pelo Conselho os casos de substituição e confirmações para indicação de Diretor ou Conselheiro de Administração de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista:

NOME	EMPRESA
KARINA TOLLARA D'ALKIMIN	SPURBANISMO
ULYSSES ALBERTO FLORES CAMPOLINA	CET
MARCELO COSTA DEL BOSCO AMARAL	SOBRAS
EDILEUSA DE AQUINO VIDAL	COHAB
RENATA CUNHA VIANNA	COHAB

2. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos e lavrou a presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi por todos os membros assinada.

MEMBROS	ÓRGÃO	ASSINATURA
CESAR DE AZEVEDO	SMMPR	
TARCILA PERES DOS SANTOS	SGM	
FÁBIO TEIZO BELO DA SILVA	SMG	
JÚLIO SERSON	SMRI	
JOÃO MANOEL SCUDELER DE BARROS	SMJ	
ARLINTON NAKAZAWA	SF	

EDUARDO TUMA, Secretário da Casa Civil – CC

DESESTATIZAÇÃO E PARCERIAS

GABINETE DO SECRETÁRIO

PROCESSO SEI 6071.2018/0000040-9 – PMI DE LIMPEZA URBANA E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ATA DA REUNIÃO COM AGENTES AUTORIZADOS REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2018 ASSUNTOS

Aos seis dias de junho de 2018, às 15h, na sala de reuniões da São Paulo Parcerias, na Rua Líbero Badaró, número 293, conjunto 9D, na Cidade e Estado de São Paulo, reuniram-se representantes da Comissão Especial de Avaliação (CEA) do Procedimento de Manifestação de Interesse de limpeza urbana e gestão integrada de resíduos sólidos, representantes da Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias (SMDP), membros da São Paulo Parcerias (SPP), representantes da Amlurb, representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e representantes dos agentes autorizados no âmbito dos estudos do PMI, a fim de realizar novos alinhamentos e esclarecimentos sobre os estudos.

PRESENCAS
Presentes à reunião a representante da CEA: Denise Yagui
Tatiana R. Rennó Sutto
Representantes da SMDP: Fernando Oshima
Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho
Membros da SPP: Ana Beatriz Monteiro
Soraya Vallillo

Gustavo Assunção Faria
Melissa Benito Gragnani
Henrique Koch
Victor Pessoa
Representantes da Amlurb: Tulio Barrozo Rossetti
Monty Dahan
Representantes do BNDES: Frederico Valente
Leonardo Branco
Antonio Fernando da Fonseca Martins
Representantes dos agentes autorizados: Wang Chi Hsiung (Upside Finance)
Alex Albergaria Fraga (Upside Finance)
André Ribeiro Barufi (Barufi)
Marcos José Negreiros Gomes (Barufi)
Frederico S. Tescarolo (Houer)
Fabio Bartel Ishihara (Estre)
Thomas Strasser (Revita)
Cyro Bernardes Júnior (Revita)
Raul Alberto Dell Vale Ferreyra (TKSA)
Sueli Morino Edagi (TKSA)
Lucas Benvenuto (Benvenuto)
Daniel Tanganelli Coelho (Benvenuto)
Daniel Leandro de Oliveira (Paulitec)

OBJETIVO

Quarta reunião de alinhamento dos agentes autorizados no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 03/2018.

DISCUSSÕES

A abertura foi conduzida pela Presidente da SP Parcerias (SPP), Sra. Ana Beatriz Monteiro, que registrou a presença do Sr. Frederico Valente, do BNDES, e ressaltou que detalhes sobre a participação do Banco no processo seriam transmitidos ao final da reunião. Lembrou, ainda, que o PMI continua em andamento.

A Diretora da SPP, Sra. Soraya Vallillo, lembrou que o objetivo principal do encontro era o de se ouvir as sugestões trazidas pelos agentes autorizados em relação à integração dos serviços de limpeza urbana e à divisão de lotes. Cada agente autorizado teria cinco minutos para expor suas considerações.

O representante da TKSA abriu a discussão mencionando que a empresa ainda não terminou os estudos, mas que a análise inicial indica um máximo de 8 lotes, por questão de logística, ressaltou que a divisão atual leva à perda de tempo com trânsito, sendo necessário a utilização de centrais regionais e de garagens, e concluiu que a TKSA não vê problema com a integração dos serviços. A empresa trabalha com entulho, e acredita em mudança do atual modelo de tratamento do mesmo, com a manutenção de 5 centrais de reciclagem em SP.

A próxima empresa a se manifestar foi a Barufi, que fez uma apresentação sobre seu estudo para a gestão de resíduos sólidos em São Paulo. Foi apresentado um modelo matemático, por meio do qual é otimizada a distribuição dos lotes através de unidades de fornecimento que servem como ponto central, de onde parte a logística para um conjunto de Prefeituras Regionais. Foi detalhado o fluxograma do modelo, que aponta para a existência de estações intermediárias (com e sem aproveitamento dos resíduos), e sugere a geração de receitas através dos combustíveis derivados de resíduos (CDRs). A Barufi acredita em economia de custos de até 30% em relação aos atuais, com inteligência na distribuição de lotes e novas rotas de coleta. mencionou, por fim, sua experiência em Campo Grande - MS, onde conseguiram economia de 28% com estabelecimento de nova roteirização da coleta.

Os agentes que preferiram não apresentar conclusões sobre os temas da integração e número de lotes foram a Houer, Upside, Benvenuto, Estre e Revita.

Após as considerações dos autorizados sobre os temas da pauta, o APPGG Sr. Fernando Oshima abriu o fórum para discussão. O primeiro a se manifestar foi o Sr. Marcos Gomes, representante da Barufi, que continuou explicando sobre seu modelo matemático, ressaltando que a ideia é a de se desenvolver uma solução viável para São Paulo, com nova estrutura logística, estabelecimento de metas e geração de receitas com biogás.

O Sr. Monty Dahan, representante da Amlurb, lembrou que os estudos devem contemplar aspectos sociais, ambientais e financeiros, levando em conta que os aterros sanitários estão se exaurindo e que existem sistemas alternativos com maior vida útil, como o aterramento celular.

O Sr. Fernando Oshima lembrou que podem ser solicitadas reuniões por todos os agentes autorizados e que uma importante preocupação é ter um PMI transparente, com divulgação tempestiva de informações.

A discussão seguiu com a presidente da SPP, Sra. Ana Beatriz Monteiro, comunicando sobre a assinatura de um termo de cooperação técnica entre o BNDES a Prefeitura de São Paulo, em que o Banco, referência nacional em desestatização, poderá ajudar o município em projetos que envolvam alguns setores específicos, como saneamento, iluminação pública, energia e resíduos sólidos. O BNDES, que atualmente não atua paralelamente a um PMI, concordou em ajudar na análise dos estudos recebidos, como consultor independente, para que não haja cancelamento do procedimento em andamento. Repassou, ainda, a informação de que as modelagens operacional e de engenharia serão as únicas contribuições a serem consideradas para efeito de ressarcimento, enquanto as modelagens econômico-financeira e jurídica passam a ser facultativas. Lembrou, também, que os agentes que entregarem estudos no âmbito do PMI não poderão participar da licitação que o BNDES lançará para contratar seus consultores.

A reunião continuou com uma apresentação do Sr. Frederico Valente, do BNDES, em que foi detalhada a participação do Banco no projeto de limpeza urbana. O mesmo lembrou que as diretrizes ainda estão em aprovação e que o plano de trabalho vai desde a elaboração de diagnósticos sobre os atuais serviços até a publicação do edital de licitação, passando pela análise de estudos pré-existentes (incluindo os recebidos no PMI). Foi mencionada a preocupação com a independência das análises a serem efetuadas pelo BNDES. Assim, os agentes que encaminharem estudos para o PMI estarão impedidos de participar do processo licitatório do Banco, por meio do qual contratará seus consultores. Por último, ressaltou que os critérios para ressarcimento no âmbito do PMI serão definidos exclusivamente pela PMSP, sem participação do BNDES.

Na sequência, os agentes realizaram seus questionamentos sobre a nova estrutura do PMI, após o termo de cooperação assinado com o BNDES. A presidente da SPP respondeu aos questionamentos, lembrando que o BNDES não entra no projeto como um novo agente autorizado, e sim para auxiliar a PMSP na modelagem de um projeto grande e importante como o de limpeza urbana. Lembrou que o município não terceiriza seu poder de decisão sobre os serviços de limpeza prestados na cidade e que a decisão de trazer o BNDES para o projeto foi comunicada aos agentes autorizados no mesmo dia em que foi aprovada pelo Conselho Municipal de Desestatização e Parcerias (CMDP), o que reforça a preocupação de todos com a transparência e independência. Reforçou, ainda, a intenção de que o PMI continue um processo justo e imparcial e solicitou que os agentes façam os questionamentos que julgarem pertinentes, que eles serão prontamente respondidos. Encerrou-se, assim, a reunião.

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

GABINETE DA SECRETÁRIA

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

FUMCAD - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente						
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADO E NÃO PROCESSADOS						
COMPETÊNCIA: MAIO 2018						

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
Despesas Correntes	1.990,57	11.304.553,16	2.944.213,02	2.944.213,02	8.293.178,14	69.152,57
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.990,57	11.304.553,16	2.944.213,02	2.944.213,02	8.293.178,14	69.152,57
Despesas de Capital	-	140.878,38	19.652,97	19.652,97	121.225,41	-
Investimentos	-	140.878,38	19.652,97	19.652,97	121.225,41	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.990,57	11.445.431,54	2.963.865,99	2.963.865,99	8.414.403,55	69.152,57

RESTOS A PAGAR PROCESSADO	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
Despesas Correntes	1.786,76	366.795,42	334.917,27	334.917,27	-	33.664,91
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.786,76	366.795,42	334.917,27	334.917,27	-	33.664,91
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.786,76	366.795,42	334.917,27	334.917,27	-	33.664,91

Fonte: Relatórios do Sistema de Orçamento e Finanças - SDF

1. Em observância à Portaria SF nº 206, de outubro de 2016.
2. Os documentos que serviram de base para sua apresentação, encontram-se encartados no Processo SEI nº 6074.2018/0000181-9.

Carlos Benito Martinez Analista de Planej. e Desenv. Organiz. - Contador CRC 1SP124487/O-6 SMDHC	Débora Eduarda Rezende Sindona Supervisora de Execução Orçamentária e Financeiro CRC 1SP148226/O SMDHC	Eloisa de Sousa Arruda Sec.Munic.de Direitos Humanos e Cidadania CPF: 064.531.768-31 SMDHC
--	--	--

FUMCAD - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
COMPETÊNCIA: MAIO 2018

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo de (c-b)
Receitas Correntes (I)	166.677.120,00	166.677.120,00	10.182.871,21	(156.494.248,79)
Recarga Tributária	-	-	-	-
Recarga de Contribuições	-	-	-	-
Recarga Patrimonial	20.456.624,00	20.456.624,00	6.755.422,17	(13.701.201,83)
Recarga Agropecuária	-	-	-	-
Recarga Industrial	-	-	-	-
Recarga de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	146.220.496,00	146.220.496,00	3.427.449,04	(142.793.046,96)
Receitas de Capital (II)	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	166.677.120,00	166.677.120,00	10.182.871,21	(156.494.248,79)
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	166.677.120,00	166.677.120,00	10.182.871,21	(156.494.248,79)
Déficit (VII)	-	-	-	38.974.422,97
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	166.677.120,00	166.677.120,00	49.157.294,18	(117.519.825,82)
SALDOS DE EXERCÍCIO ANTERIORES	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (IX)	16.355.000,00	85.717.580,69	46.727.084,19	21.363.365,74	19.105.842,14	38.990.496,50
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	16.355.000,00	85.717.580,69	46.727.084,19	21.363.365,74	19.105.842,14	38.990.496,50
Despesas de Capital (X)	104.856.584,00	18.180.890,00	2.430.209,99	1.350.281,23	1.247.021,23	15.750.680,01
Investimentos	104.856.584,00	18.180.890,00	2.430.209,99	1.350.281,23	1.247.021,23	15.750.680,01
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência (XI)	-	-	-	-	-	-
Reserva do RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	121.211.584,00	103.898.470,69	49.157.294,18	22.713.646,97	20.352.863,37	54.741.176,51
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XIV)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	121.211.584,00	103.898.470,69	49.157.294,18	22.713.646,97	20.352.863,37	54.741.176,51